

Alerta Legislação nº 49, de 04 a 09 dez. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **DECRETO Nº 9.223, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017**
Institui a Rede Brasil Mulher.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
08/12/2017	<u>LEI Nº 13.532, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário. <u>LEI Nº 13.531, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dá nova redação ao inciso III do parágrafo único do art. 163 e ao § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. <u>LEI Nº 13.530, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 9.233, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Promulga a Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados e o Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V da Convenção de 1980.
07/12/2017	

	<u>DECRETO Nº 9.229, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, firmado em San Juan, em 2 de agosto de 2010. <u>DECRETO Nº 9.223, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui a Rede Brasil Mulher. <u>DECRETO Nº 9.221, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Regulamenta a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
05/12/2017	<u>LEI Nº 13.529, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF). <u>DECRETO Nº 9.220, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 9.056, de 24 de maio de 2017, que regulamenta a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e dispõe sobre a competência para a apresentação da proposta de intralimite anual de concessão de garantias da União a operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <u>DECRETO Nº 9.219, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Promulga o Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Nova Delhi, em 26 de abril de 1988, firmado em Brasília, em 15 de outubro de 2013. <u>DECRETO Nº 9.218, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, firmado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012. <u>DECRETO Nº 9.217, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e autoriza a União a proceder à integralização de cotas em fundo administrado pela Caixa Econômica Federal.
04/12/2017	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 809, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a

	criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989 , que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Reconhecer os Estados do Amapá, Amazonas e zona de proteção do Pará como zona livre de Febre Aftosa com vacinação. (...)
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 7.154, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Aprova a Norma Geral do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC.
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 101, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Reconhece a inscrição no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO dos acervos documentais aprovados, de acordo com a decisão do Comitê Nacional do Brasil proferida em reunião realizada nos dias 2 e 3 de outubro de 2017, na cidade de Belo Horizonte.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece os procedimentos de pré-seleção e adesão de municípios para autorização de funcionamento de curso de graduação em medicina por instituição de educação superior privada, precedida de Chamamento Público. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece os procedimentos operacionais para a transferência obrigatória de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento de crianças de 0 a 48 meses informadas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC, na forma estabelecida pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou pessoas com deficiência, em creches públicas ou conveniadas com o poder público, referente ao exercício de 2017.

Ministério da
Fazenda (MF)

GABINETE DO MINISTRO (GM)

PORTARIA Nº 521, DE 1º DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os percentuais máximos aplicáveis à modalidade de equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC)

RESOLUÇÃO Nº 4.613, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre parâmetros para cálculo das subexigibilidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e altera condições para a realização de Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural (DIR) por bancos múltiplos sem carteira comercial, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

RESOLUÇÃO Nº 4.612, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera os Anexos I e II à Resolução nº 4.284, de 5 de novembro de 2013, que dispõem, respectivamente, sobre o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

RESOLUÇÃO Nº 4.609, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Ajusta normas do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), de que trata a Seção 15 do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR).

RESOLUÇÃO Nº 4.608, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Define condições para o direcionamento da subexigibilidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

↳ Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias

CIRCULAR Nº 792, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Define critérios e procedimentos para a cessão de Ativos e Passivos com *funding* FGTS, entre agentes financeiros habilitados/credenciados a operar com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço junto ao Agente Operador.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)

↳ Secretaria Executiva

ATO COTEPE/MVA Nº 23, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

ATO COTEPE/PMPF Nº 23, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN)

PORTARIA Nº 999, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

(...)

	Art. 1º Os recursos referentes aos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e ao Fundo de Compensação pelas Exportações de Produtos Industrializados - IPI-EXP, serão creditados aos beneficiários em 2018, de acordo com o cronograma anexo. (...)
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.265, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera o Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a ampliação do acesso ao Dispositivo Intrauterino Tcu 380 (DIU de cobre) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA Nº 3.283, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, arts. 668 a 678 que versam sobre o Plano de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 430, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde; altera a Resolução Normativa - RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde; altera o Anexo da RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil; altera a RN nº 392, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e dá outras providências; altera o Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 45, de 15 de dezembro de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 2º-A da RN nº 173, de 10 de julho de 2008, e alterações posteriores, e o disposto no art. 5º da RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, quanto ao Relatório de Procedimentos Previamente Acordados - PPA exigido; e revoga a RN nº 191, de 8 de maio de 2009, que institui o Fundo Garantidor do Segmento de Saúde Suplementar (FGS) pelas Operadoras de Planos de Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>AGENDA REGULATÓRIA QUADRIÊNIO 2017-2020</u> Define os temas prioritários para atuação regulatória da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para o quadriênio 2017-2020, o Banco de Temas da Agenda Regulatória e os critérios para atualização extraordinária.

	→ Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.156, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão da importação, distribuição e uso de todos lotes do produto insulina NPH, nas suas apresentações registradas, fabricados por Private Joint Stock Company INDAR, localizada em 5, Zroshuvalna Str., Kiev, 02099, Ucrânia e importados pelas detentoras do registro do produto em território nacional. (...) SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS (SCTIE) <u>PORTARIA Nº 56, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017</u> Torna pública a decisão de incorporar o levetiracetam para o tratamento da epilepsia, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dá nova redação a Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 719, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera o Anexo I da Resolução CONTRAN nº 540, de 15 de julho de 2015, que trata do conjunto roda e pneu sobressalente e sistemas alternativos. <u>RESOLUÇÃO Nº 716, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Estabelece a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). <u>RESOLUÇÃO Nº 715, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Altera o art. 14 da Resolução CONTRAN nº 712, de 25 de outubro de 2017, que institui o Certificado Eletrônico de Registro de Veículo - CRVe, a Autorização Eletrônica para Transferência de Propriedade de Veículo - ATPVe e estabelece orientações e procedimentos a serem adotados para o preenchimento e autenticação da ATPV e realização da comunicação de venda de veículo de que trata o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. <u>RESOLUÇÃO Nº 714, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Regulamenta o credenciamento de entidades públicas ou privadas para a expedição do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal. <u>RESOLUÇÃO Nº 713, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Altera o art. 4º, §2º e o art. 11, §4º, da Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E,

	decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) ↳ Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <u>PORTARIA Nº 266, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece os procedimentos para pré-cadastro de veículo na Base Índice Nacional - BIN do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN para fins de registro, licenciamento e atualização de Placa de identificação veicular - PIV de 2 letras, antiga placa amarela, para o atual modelo de PIV
Ministério do Desenvolvimento Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a forma, o acompanhamento e a implementação do apoio financeiro suplementar de que trata o art. 4º da Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, a partir do exercício de 2017. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>PORTARIA Nº 110, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Estabelece a metodologia utilizada para a definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Estados que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
08/12/2017	<u>DECRETO Nº 63.033, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Organiza a Comissão de Política Salarial e dá outras providências
07/12/2017	<u>DECRETO Nº 63.020, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, instituída pela Lei Complementar nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, relativo ao exercício de 2017 <u>DECRETO Nº 63.019, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.121, de 30 de junho de 2010, para o exercício de 2017 <u>DECRETO Nº 63.018, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº

	1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2017 <u>DECRETO Nº 63.017, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, relativo ao exercício de 2017 <u>DECRETO Nº 63.016, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2017
06/12/2017	<u>DECRETO Nº 62.988, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS (Publicado novamente por ter saído com incorreções)
05/12/2017	<u>DECRETO Nº 62.987, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas (*) (*) Município de Santa Gertrudes
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-19, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Secretaria da Fazenda, visando ao pagamento da Bonificação por Resultados – BR aos servidores a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2017 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-18, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores da Secretaria da Fazenda, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, para o exercício de 2017 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-17, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da Secretaria de Planejamento e Gestão e dá outras providências, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2017 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-16, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores da Secretaria de Planejamento e Gestão, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2017

	<u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-15, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da São Paulo Previdência - Spprev e dá outras providências, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2017 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-14, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores da São Paulo Previdência - Spprev, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2017
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS-29, DE 05-12-2017</u> Dispõe sobre a instituição do Sistema de Informações para Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SIGSUAS - para auxiliar a gestão e o acompanhamento da política de Assistência Social no âmbito do Estado de São Paulo
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 61, DE 8-12-2017</u> Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio <u>RESOLUÇÃO SE-60, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 59, DE 6-12-2017</u> Altera dispositivo da Resolução SE 77, de 6.12.2011, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos- CEEJAs <u>RESOLUÇÃO SE 58, DE 6-12-2017</u> Altera a Resolução SE 71, de 22-12-2016, que dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 57, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a elaboração do Calendário Escolar para o ano letivo de 2018
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 111, DE 07-12-2017</u> (...) Nota de apuração dos indicadores da participação nos resultados - PR (...) <u>RESOLUÇÃO SF 110, DE 07-12-2017</u> Dispõe sobre a fixação da linha de base da receita tributária, para fins

	de pagamento da Participação nos Resultados - PR, instituída pela LC 1.059-2008, para o exercício de 2017 <u>RESOLUÇÃO SF/APE 532, DE 27-11-2017</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03 <u>RESOLUÇÃO SF/APE 533, DE 27-11-2017</u> O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 657 da Assessoria de Política Econômica de 27-11-2017, que fazem parte integrante desta Resolução. <u>RESOLUÇÃO SF 108, DE 04-12-2017</u> Institui o Regimento Interno da Corregedoria da Fiscalização Tributária - Corfisp <u>RESOLUÇÃO SF 109, DE 04-12-2017</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP - 765, DE 06-12-2017</u> Estabelece os critérios de cálculo da apuração de compensação na tarifa do Encargo de Capacidade e de Gás de Ultrapassagem pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, ambos previstos nos novos Aditivos/Contratos de Suprimento da Petrobras
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA-1, SEDS/SEE/SES/SSP/SJDC, DE 05-12-2017</u> Estabelece o Termo de Adesão ao Programa Recomeço: uma vida sem drogas com os municípios paulistas
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 157, DE 7-12-2017</u> Define requisitos para a aprovação de projetos de restauração ecológica, e dá outras providências para a implementação do Programa Nascentes, objeto do Decreto 62.914, de 08-11-2017 <u>RESOLUÇÃO SMA - 155, DE 5-12-2017</u> Acrescenta e altera dispositivos à Resolução SMA 51, de 31-05-2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental <u>RESOLUÇÃO SMA - 154, DE 5-12-2017</u> Altera dispositivo da Resolução SMA 48, de 26-05-2014, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas, alterada pela Resolução SMA 73, de 24-07-2017

Planejamento e Gestão (SPG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG - 54, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre normas complementares à implementação do teletrabalho na Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo instituído pelo Decreto 62.648, de 27-6-2017
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 98, DE 6-12-2017</u> Dispõe sobre a complementação do Programa de Apoio Técnico e Formação em Humanização no Estado de São Paulo e das atribuições dos Articuladores de Humanização no acompanhamento e monitoramento da implementação da Política Estadual de Humanização - PEH, a que se reporta a Resolução SS-07, de 20-01-2012 e dá providências correlatas.
Universidade de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-32, DE 21-11-2017</u> Dispõe sobre os sistemas de ingresso aos cursos de Graduação da Unicamp
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG 133, DE 04-12-2017</u> Altera o Ato Normativo DPG 06, de 04-01-2008. (...) Art. 1º. O artigo 1º, do Ato Normativo DPG 06, de 04-01-2008 passa a vigorar com a com a seguinte redação: Art. 1º. São atribuições administrativas das Defensorias Públicas Regionais da Capital, da Região Metropolitana e do Interior, mediante atividade de gestão pública de incumbência do Defensor Público do Estado Coordenador, que observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, supremacia do interesse público e eficiência: (...)
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
09/12/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1121, DE 2017</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de creches, berçários, escolas maternas e similares da rede pública e privada submeterem monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos periódicos. DOE, Legislativo, 09/12/2017, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1120, DE 2017</u> Institui a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade.

	DOE, Legislativo, 09/12/2017, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1119, DE 2017</u> Classifica Porangaba como Município de Interesse Turístico DOE, Legislativo, 09/12/2017, p. 7
08/12/2017	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 8, DE 2017, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Altera o artigo 175 da Constituição do Estado de São Paulo, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. DOE, Legislativo, 08/12/2017, p. 9 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1118, DE 2017</u> Classifica Lavrinhas como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 08/12/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 1115, DE 2017</u> Autoriza a isenção do pagamento do pedágio no km 46+300 da Rodovia Raposo Tavares - SP-270 aos moradores do município dos bairros Juca Rocha, Caeté, Carmo, Jardim Camargo, Pilão D'água, Horizonte Verde I, II e III, Vila Lino e Pesqueiro Taipa de Pedra, do município de São Roque, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 08/12/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 1112, DE 2017</u> Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha. DOE, Legislativo, 08/12/2017, p. 10 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG Nº 31/2017 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público o calendário de obrigações para 2018 das providências a cargo dos órgãos estaduais e municipais, dependentes ou não, necessárias ao atendimento das exigências das Instruções nº 02/2016: (...) DOE, Legislativo, 08/12/2017, p. 22
07/12/2017	PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2017</u> Cria o Prêmio Daniel Dias para homenagear atletas, pessoas físicas, empresas e organizações com destaque ou contribuições prestadas ao esporte paulista. DOE, Legislativo, 07/12/2017, p. 11

06/12/2017	<u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 2017</u> Cria a Aglomeração Urbana - AU de Catanduva, conforme artigos 152 e 153 da Constituição Estadual. DOE, Legislativo, 06/12/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 1108, DE 2017</u> Classifica Ipaussu como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 06/12/2017, p. 12
05/12/2017	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 124, DE 2017</u> MENSAGEM A-nº 140/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Maria Magdalena de Araujo Mançanares" à passarela metálica localizada no km 227,430 da Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros - SP 342, em São João da Boa Vista. (...) DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 14, DE 2017</u> MENSAGEM A-nº 139/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Tércio Augusto Garcia Junior" ao viaduto localizado entre o km 65,250 e o km 67,600 da Rodovia dos Imigrantes - SP 160, em São Vicente. (...) DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2017</u> MENSAGEM A-nº 138/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Hélio Rodrigues de Barros" ao dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 414/294, localizado no km 414,780 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Garça. (...) DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 900, DE 2016</u> MENSAGEM A-nº 137/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Roberto Pinto Monteiro", à passarela localizada no km 14.142 da Rodovia Raposo Tavares, na Capital. (...) DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 868, DE 2016</u> MENSAGEM A-nº 136/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Coronel PM Edson Santos da Silva" ao 20º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano - 20º BPM/M, em Barueri. (...) DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 832, DE 2016

MENSAGEM A-nº 135/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO
(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Nelson de Andrade" ao dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 084/280, localizado no km 84,005 da Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280, em Sorocaba.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 105, DE 2016

MENSAGEM A-nº 134/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO
(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Aeroporto Estadual de Campos dos Amarais – Prefeito Francisco Amaral" ao Aeroporto Estadual de Campos dos Amarais, em Campinas.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 2016

MENSAGEM A-nº 133/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO
(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Primos Antenor Pupin e Oswaldo Pupin" ao dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 048/351, localizado no km 48,750 da Rodovia Altino Arantes – SP 351, no entroncamento com o acesso a Batatais pela Rodovia Deputado Geraldo Ferraz de Menezes, em Batatais.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 68, DE 2016

MENSAGEM A-nº 132/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO
(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Altibano Slonzon", ao dispositivo de acesso e retorno SPD 398/425 localizado no km 397,600 da Rodovia Assis Chateaubriand – SP 425, em Parapuã.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 11](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 50, DE 2016

MENSAGEM A-nº 131/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO
(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "José Carlos Barreto" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 482/310 localizado no km 482,400 da Rodovia Feliciano Sales Cunha – SP 310, em Poloni.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 20, DE 2016

MENSAGEM A-nº 130/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO
(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Moacyr de Oliveira Santos" ao dispositivo de acesso

e retorno com viaduto localizado no km 58,5 da Rodovia Raposo Tavares – SP 270, em São Roque.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1642, DE 2015

MENSAGEM A-nº 129/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “Marco Antonio Rossi” ao viaduto localizado no km 329,140 da Rodovia Deputado Leônidas Pacheco Ferreira – SP 304, em Bariri.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1444, DE 2015

MENSAGEM A-nº 128/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “Edson Aparecido Correa” ao dispositivo de entroncamento, acesso e retorno com viaduto SPD 117/425, localizado no km 117,780 da Rodovia Assis Chateaubriand – SP 425, em Barretos.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1252, DE 2015

MENSAGEM A-nº 127/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “Osni Navarro”, ao dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 246/225 localizado no km 246,200 da Rodovia Engº João Baptista Cabral Rennó – SP 225, em Piratininga.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1128, DE 2015

MENSAGEM A-nº 126/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “Vereador Pedro José Guirado – Pedro Fantasia” ao dispositivo de entroncamento, acesso e retorno com viaduto SPD 044/323 localizado no km 44,100 da Rodovia SP 323, em Pirangi.

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 10](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

TC-A-023486/026/10

Altera e consolida as Resoluções nº01/2012 e 05/2014, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

(...)

DA ANÁLISE DOS REPASSES PÚBLICOS DA COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE REPASSES PÚBLICOS

(...)

[DOE, Legislativo, 05/12/2017, p. 22](#)

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
09/12/2017	<u>DECRETO Nº 58.027, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Confere nova regulamentação à Lei nº 13.763, de 19 de janeiro de 2004, que estabelece normas para o exercício da prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, também conhecidos como "valet service", bem como cria o Cadastro Municipal das Empresas Prestadoras dos Serviços de "Valet Service".

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107